

“Para que o Brasil continue”. Armando de Salles Oliveira e a comunidade política do jornal *O Estado de S. Paulo*: entre a memória e a história (1933-1945)

CAROLINA SOARES SOUSA*

A historiografia que propõe o período que vai de 1930 a 1945 como bloco coeso trata o golpe do Estado Novo, ocorrido em 1937, como conclusão lógica da revolução de 1930. Dentro dessa perspectiva, é constituída trama em que Vargas ganha papel de destaque. As elites políticas também surgem como atores históricos, mas em menor proporção, uma vez que a ideia de Vargas como estrategista político, fazendo das elites marionetes, permanece. Ao pensar a história desse modo, foi propagada a interpretação de que a atuação das elites políticas de São Paulo foi movida por desejos separatistas, o que acabou por inscrever a revolução de 1932 “como memória paulista, limitada ao contorno de uma região carente, nessa percepção, de um projeto de envergadura nacional” (SANDES, 2011). É em direção contrária que fomos instados a retomar o diálogo entre as elites políticas paulistas e o governo central. Nessa direção, encontramos uma dimensão ainda pouco considerada no sentido das articulações operadas e das protagonizações ocorridas no interior dessas elites e do jogo político travado em tal contexto: a da atuação de Armando de Salles Oliveira e o projeto político de poder por ele pensado, que consideramos de envergadura nacional.

Os pensamentos do político Armando de Salles Oliveira estão presentes nos discursos que marcaram sua passagem pela interventoria de São Paulo e durante as duas campanhas eleitorais que enfrentou, uma para governo, em 1934, e outra para presidente, entre 1936 e 1937. Pensamento este que diferia, por exemplo, de intelectuais da época, como Oliveira Viana, que via as resoluções dos problemas brasileiros na organização das classes econômicas e não de partidos políticos. Seus discursos eram marcados pelo enfoque na necessidade de organizar politicamente o país. Insistia na ideia de que o cerne do problema brasileiro estava não na organização das classes

* Aluna de Doutorado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Área de Concentração: Sociedade, Cultura e Política. Bolsista do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

econômicas, mas sim de um partido nacional, ferreamente disciplinado. Nessa direção, afirma-se a presença de Armando de Salles Oliveira na constituição de uma nova cultura política para o período enfocado, em meio a qual foi formada uma cultura de oposição ao varguismo, que mereceu pouca atenção dos historiadores.

A trajetória política de Armando de Salles Oliveira e seu grupo político, derrotado com golpe de novembro de 1937, é marcada por quatro momentos. Os três primeiros momentos são: de apoio a Getúlio Vargas durante a revolução de 1930; oposição entre 1930 e 1932 – com a revolução Constitucionalista; e, novamente, apoio ao governo Vargas com a ascensão de Armando de Salles Oliveira à interventoria de São Paulo. Vitoriosa a revolução de 1930, a elite política paulista, representada pelo Partido Democrático¹ e pelo jornal *O Estado de S. Paulo*², fica na expectativa de um interlocutor civil e paulista, capaz de mediar seus interesses com os novos donos do poder. Mas Getúlio Vargas nomeia interventor de São Paulo o pernambucano e tenente João Alberto, rompendo com uma tradição política ordenadora do mundo republicano a partir de 1889, que mantinha os Estados como pequenas pátrias, governadas pelos seus concidadãos (SANDES, 2011). Com a frustração das expectativas criadas em relação ao que Vargas poderia oferecer ao grupo paulista, iniciava-se o caso de São Paulo. De modo que o Partido Democrático enxerga como única saída a união política contra o Governo Provisório. O inimigo estratégico é, então, redefinido: passa a ser o próprio chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas. O acordo agora será selado com o Partido Republicano Paulista, que retorna à cena depois de longo silêncio imposto pela revolução de 1930, desencadeando forte oposição, cujo desdobramento resultou na guerra de 1932. A guerra paulista exigiu das forças em disputa a busca de uma base de consenso. Deste modo, e visando o desarme dos paulistas, Getúlio Vargas indicou, em agosto de 1933, Armando de Salles Oliveira para o cargo de interventor.

¹ Fundado em 1924, de uma cisão do Partido Republicano Paulista (PRP), o Partido Democrático (PD) será absorvido pelo Partido Constitucionalista (PC), em fevereiro de 1934. Fora extinto voluntariamente para incorporar-se à nova agremiação. Quando parte das elites políticas paulistas rompem com o PRP, resultando dessa cisão o PD, é possível perceber que há uma mudança no cenário político nacional (OLIVEIROS, 2007, p. 126).

² Apesar de se declarar apartidário, o periódico *O Estado de S. Paulo* tinha em seus membros uma maioria de democráticos. Armando de Salles Oliveira se casa com Raquel de Mesquita e assume a direção do jornal durante o tempo em que Júlio de Mesquita Filho esteve exilado, após a revolução de 1932. Com o pleito eleitoral de 1934, o jornal se assume como órgão partidário do Partido Constitucionalista. Portanto, ora faço referência a Armando de Salles Oliveira e aos membros do Partido Constitucionalista como a comunidade política do jornal *O Estado de S. Paulo*.

A aproximação com Vargas, por meio da indicação de Armando de Salles Oliveira à interventoria de São Paulo, redefiniu o jogo político. O grupo político do jornal *O Estado de S. Paulo* saiu da derrota de 1932 para o comando do governo de São Paulo. No final do ano de 1933, deflagra o processo eleitoral para a instalação da constituinte, enquadrando, assim, a revolução nas normas constitucionais. O processo de constitucionalização que se instalou nos anos de 1933 e 1934 foi executado mediante redefinições de alianças políticas. O chefe do Governo Provisório precisava conseguir bases de sustentação antes que os debates constituintes se iniciassem. Nessa direção, seu entendimento com a elite política paulista cumpriu a função de conciliação de divergências, desmobilizando o ímpeto oposicionista que poderia dirigir a atuação da bancada paulista, comprometendo, assim, a eleição de Getúlio Vargas à presidência constitucional.

A aliança velada entre Armando de Salles Oliveira e o governo central foi muito criticada pela oposição, incansavelmente travada pelo Partido Republicano Paulista. Mas essa aliança era a única opção da elite política paulista para restabelecer a presença de São Paulo no cenário político nacional. Estes homens, que se consideravam traídos e derrotados na revolução de 1930 e 1932, respectivamente, acreditaram ser possível ocupar o poder em São Paulo e, a partir de então, governar também o país. Articularam um projeto político de poder com envergadura nacional, sobretudo com a criação do Partido Constitucionalista. O Partido Constitucionalista é peça fundamental para compreensão do projeto político armandista. Por meio desse partido, que elegeu maioria de representantes nas eleições de 14 de outubro de 1934, Armando de Salles Oliveira ganhou notoriedade na política paulista, conseguindo ser eleito governador constitucional na Assembleia Estadual Constituinte, promulgada em julho de 1935. Durante seu governo, Armando de Salles Oliveira valorizou ações que visavam orientar a elite política do país, como a criação da Universidade de São Paulo, em janeiro de 1934. O Partido Constitucionalista capacitaria as elites para o governo de São Paulo e do Brasil. Segundo Oliveiros (2007: 140), é na insistência em fazer do partido instrumento de excelência para resolução dos problemas do país que Armando de Salles Oliveira se distingue dos demais pensadores e governantes do período que cerquei como

proposta de trabalho. Nessa perspectiva, a sustentação da democracia dependeria da força dos partidos políticos.

Getúlio Vargas parecia apoiar o processo de renovação política vigente em São Paulo, mas a antecipação do debate sucessório modificou o quadro político nacional. Em dezembro de 1936, Armando de Salles Oliveira anuncia sua saída do governo de São Paulo e é lançada, pela União Democrática Brasileira (UDB)³, sua candidatura à presidência da República. Em seu lugar é eleito, pela Assembleia Legislativa, Cardoso de Mello Neto. Getúlio Vargas deixou clara sua contrariedade em relação à atitude do governador de São Paulo. Portanto, o quarto momento da relação entre as elites políticas paulistas e Getúlio Vargas é de nova oposição, com a candidatura de Armando de Salles Oliveira à presidência da República, para o pleito que ocorreria em 3 de janeiro de 1938. Oposição que tem como desfecho o golpe de 10 de novembro de 1937, mas que se estende durante todo o exílio de Armando de Salles Oliveira, que durou até abril de 1945, quando retorna ao Brasil para morrer. Getúlio Vargas, que parecia temer a candidatura de Armando de Salles Oliveira, registra em seu diário a tensão que envolve o debate sucessório. Armando de Salles Oliveira representava sério obstáculo a qualquer manobra continuísta do presidente.

Em 8 de novembro de 1937, Armando de Salles Oliveira lança um manifesto intitulado *Aos chefes militares do Brasil*, alertando os militares da iminência do golpe de Estado que cairia sobre o país, conclamando-os a impedi-lo e apelando para que não fosse violada a Constituição. O manifesto foi imediatamente lido na Câmara dos deputados, por João Carlos Machado, representante do Rio Grande do Sul, e no Senado Federal, por Paulo Morais de Barros, representante de São Paulo, nas sessões do dia 9 de novembro:

Generaliza-se a convicção de que não haverá eleições a 3 de janeiro. Multiplicam-se com engenho fértil os pretextos de não cumprir a obrigação constitucional. Na sombra em que os comunistas urdem os seus planos de conquista, agem igualmente outros homens que, decretando por conta própria a falência da democracia brasileira, nas vésperas do dia em que ela ia oferecer a prova insofismável de sua vitalidade, procuram converter os meios de extermínio, usados contra o bolchevismo, em armas de destruição do regime. Só não vê claro quem não quer. Está em marcha a execução de um plano longamente

3 Para dar sustentação à candidatura oposicionista de Armando de Salles Oliveira, foi criada a União Democrática Brasileira (UDB), da qual ele era o presidente.

preparado, que um pequeno grupo de homens, tão pequeno que se pode contar nos dedos de uma só mão, ideou para escravizar o Brasil (OLIVEIRA, 2002: 443-4).

Getúlio Vargas registrou em seu diário, no dia 9 de novembro, a repercussão do documento:

[...] já à noite, tive conhecimento de que a carta do candidato Armando Sales, lida na Câmara pelo deputado João Carlos Machado, fora profusamente espalhada entre os militares. Pedi ao Macedo que fosse ao ministro da Guerra, e este ao palácio, para confirmar-me não só que a data do movimento marcado para quinta-feira, 11, já estava conhecida, como se estava fazendo um trabalho de intriga e divisão dos militares. Em vista disso, era preciso precipitar o movimento, aproveitando a surpresa. E assim se fez (VARGAS, 1995: 82-83).

No dia seguinte, 10 de novembro de 1937, as duas casas do Congresso amanheceram guardadas pela polícia. Na noite desse mesmo dia, Armando de Salles Oliveira foi detido em sua residência, passando por outras residências forçadas em Nova Lima e Rio de Janeiro, até outubro de 1938, quando o novo domicílio que lhe havia sido destinado era o exílio político. As eleições presidenciais, marcadas para 3 de janeiro de 1938, moveram a roda da história e as cartas da política paulista foram, novamente, embaralhadas.

Entretanto, a oposição de Armando de Salles Oliveira à Vargas permanece durante todo seu exílio. O ex-candidato passa pela França, Nova York e, por fim, Buenos Aires. Seu pensamento político continua sendo propagado por meio das cartas enviadas ao Brasil e ações conspiratórias elaboradas junto a comunidade de exilados, entre eles Paulo Duarte, de quem as memórias servirão de fonte para minha pesquisa. Vargas registra tais ações em seu diário:

Fui informado pelo chefe de polícia que o exilado Paulo Duarte fora recebido pelo ministro da Guerra, a quem entregara uma carta de Armando de Salles convidando-o para me depor antes que eu o exonerasse. Que reles intrigante!

[...]

Aí encontrei o dr. Botelho, regressando de Buenos Aires e Montevideú, trazendo relatos escritos e informações verbais sobre as atividades revolucionárias de Flores, Piza Sobrinho, Paulo Duarte e vários outros, todos sob a chefia de Armando de Salles, atuando nos Estados Unidos (VARGAS, 1995: 241).

Doente, Armando de Salles Oliveira tem permissão de Getúlio Vargas para regressar do exílio e morrer no Brasil. Desembarca em São Paulo no dia 7 de abril de

1945, dirigindo-se diretamente para o Sanatório Esperança a fim de ser atendido por médicos. Apesar de conceder o retorno do exílio, na porta do apartamento do hospital onde se encontrava o ex-candidato à presidência da República, Vargas cuidou de colocar guardas da ditadura. Os inspetores de polícia tomavam nota dos nomes das visitas que lá chegavam (SILVA, 1980: 167).

As cartas escritas durante seu exílio constituem fontes da situação política vivenciada pelo grupo político paulista derrotado entre os anos 1930 e 1937. Armando repisa os passos que o levaram ao exílio, na tentativa de compreender a derrota. Por vezes, aparece frustrado, enquanto exilado, ciente de sua condição de inaudível. Em carta datada de fevereiro de 1939, ao General Goes Monteiro, expõe sua frustração:

É possível V. Exa. não vá até o fim desta carta; a voz de um exilado talvez chegue aos seus ouvidos como um som de além túmulo, inoportuno, desagradável. No momento em que no Brasil não se fala e não se escreve senão sobre realidades, compreendendo que não haja tempo para ler e ouvir fantasmas (OLIVEIRA, 2002: 455).

Sobre os passos que levaram ao Estado Novo é necessário considerar que, quando não se fez silêncio sobre o pensamento e estratégias políticas de Armando de Salles Oliveira e o Partido Constitucionalista, foram tratados como instrumentos de forças regressistas que, caso conseguissem ascender à presidência com a possível vitória da União Democrática Brasileira, o que queriam era recuperar para si o poder perdido pelo Partido Republicano Paulista, em 1930 (OLIVEIROS, 2007: 144). Este projeto propõe como hipótese a tese de que a rearticulação de São Paulo como força nacional mobilizou o governo constitucional em direção ao golpe que fundou o Estado Novo.

Compreender a atuação política de Armando de Salles Oliveira e seu grupo partidário é importante no que concerne a repensar uma historiografia que trata o período de 1930 a 1945 como bloco coeso, esquecendo, portanto, os conflitos entre as elites políticas e governo central e até mesmo intra elites. A compreensão do pensamento de um partido político bem estruturado como instrumento de reconstrução do país, o Partido Constitucionalista, e a busca pelas idéias que estão por trás do projeto político paulista de poder proposto – e em parte executado – por Armando de Salles Oliveira e seu grupo político, o que permite tecer um quadro mais completo em que se insere o caso de São Paulo no período abordado. Pensar o projeto político de Armando

de Salles Oliveira pode ajudar a explicar, de forma mais aprofundada, o período que compreende 1930 a 1937 e o advento do Estado Novo.

A historiografia, ao impor os acontecimentos de 1937 como continuação lógica de 1930, tratando os projetos políticos vencidos sob a perspectiva da derrota e da ruína, não está antecipando o futuro do passado, tirando de seus contemporâneos sua lógica e verdade? Se for a memória o primeiro contato da história com o passado, como afirma Paul Ricœur (2001), resta indagar: de que maneira e qual memória estaria alimentando a interpretação da história que visa o projeto político paulista sob o estigma da derrota?

Ao compor a trajetória política de Armando de Salles Oliveira e da comunidade política do jornal *O Estado de S. Paulo*, questiono uma memória histórica em que as relações entre presente e passado são vistas como continuidade e sequências naturais, 1937 como desfecho lógico de 1930, por exemplo. Proponho a desnaturalização de uma memória histórica que legitima e justifica o vencedor, impedindo a percepção do vencido, por compreendermos que o que fica retido na memória histórica, apenas como resíduo, não são apenas os agentes políticos, mas um projeto. “Este é o grande vencido” (VESENTINI, 1997).

As indagações que me levaram a propor esse trabalho estão relacionadas com a importância da análise da cultura política praticada em determinado recorte temporal, de propor leituras do comportamento político – individual e coletivo – dos atores sociais, privilegiando seu ponto de vista, percepções, experiências e expectativas, além da interpretação das versões do passado perpetuadas pela historiografia. Tal proposta implica na tarefa de discutir a historiografia que trata do período e o lugar que ela designou aos seus sujeitos históricos. E também em incluir a voz do grupo paulista, deposto como interlocutor de um projeto político derrotado.

No concernente ao interesse em torno de uma historiografia que trata do período entre 1930 e 1937, como processo, Vavy Pacheco Borges (1998) faz um balanço historiográfico, propondo repensá-lo a partir da ideia de pluralidade. Vejamos o que traz esse balanço. Marcados pelo desdobramento do golpe de 1964 e por um olhar sociológico de herança francesa, os historiadores teriam, novamente, se debruçando sobre o tema revolução. Com o intuito de compreender os acontecimentos do tempo

presente, portanto, buscando falhas na República. A influência interdisciplinar proporciona uma historiografia em torno do tema revolucionário permeada pela problemática Estado-sociedade. Surgem trabalhos que formarão uma tradição intelectual na qual o Estado é o tema. Francisco Weffort, por exemplo, explica a dominação do governo Vargas no pós-1930 com sua ideia de “Estado de Compromisso”. Em função da incapacidade de legitimação do Estado por parte dos grupos envolvidos na revolução, Vargas estabelece o Estado como instituição, tornando-o decisivo na sociedade brasileira. A hegemonia estaria ligada ao poder econômico, o compromisso entre tais grupos seria a solução dos problemas. Discutindo a revolução como burguesa, no trabalho de Luis Werneck Vianna, o Estado cumpriria o papel de guardião dos interesses da burguesia, que não conseguia se impor hegemonicamente, constituindo uma revolução, com o sentido de ruptura. O trabalho de Hélio Silva é destacado: a periodização *O ciclo Vargas* traz obras sobre 1930 a 1954, mas criticadas pelo seu teor factual. Temos também Edgar Carone com vasto trabalho sobre o período republicano. Sua interpretação do período, que vai de 1922 a 1938, é marcada por característica ascendente, triunfante e depois descendente. Tanto Hélio Silva como Edgar Carone possuem trabalhos cujo objetivo era mais de ordenar a complexa teia de acontecimentos do que estabelecer hipóteses a serem confrontadas com a documentação.

A coletânea *Brasil em Perspectiva*, de 1968, traz, além de vários estudiosos das ciências sociais, participação de Boris Fausto, que interpreta a revolução de 1930 como resultado de uma aliança temporária entre facções burguesas não ligadas ao café, classes médias e tenentismo. Ainda mais, o período que compreende 1930 e 1934 era marcado, sobretudo, pela luta entre oligarquias e tenentismo. A explicação sobre um “Estado de Compromisso”, criada por Francisco Weffort, é reforçada por Boris Fausto. Em obra posterior, de 1972, *Revolução de 1930: história e historiografia*, o mesmo autor, sob título inovador, analisa obras historiográficas acerca da relação do movimento revolucionário com as classes sociais, organizando interpretação que traz o Estado como mediador dos interesses que provocam o conflito. Para Fausto, a revolução de 1930 não poderia ser reconhecida como burguesa, tampouco seria correto supervalorizar a participação política da classe média e operária. O autor preocupa-se em criticar a visão

dualista que enxerga o movimento revolucionário como luta entre burguesia e oligarquias feudais. Tal tese, que ganhou força nos anos 50 com o pensamento de esquerda, seria simplista. É possível perceber o sentido de ruptura que Fausto atribui ao movimento, que representaria o fim da hegemonia da burguesia cafeeira acompanhada de mudanças na ação do Estado. O “Estado de Compromisso”, cunhado por Weffort, é aceito por Fausto como explicação do movimento e a política que seria estabelecida posteriormente (BORGES, 1998: 175-176). Nessa direção, o Estado tornou-se o maior sujeito histórico da revolução e de seu desenrolar, já que as classes não teriam dado conta de estabelecer uma hegemonia após o movimento. Fausto opta por uma narrativa de temporalidade processual, com um sentido determinado (SANDES, 2003) Apesar de ressaltar o tom inovador do título da obra de Boris Fausto, o balanço historiográfico feito por Vavy Pacheco Borges aponta para a problemática das interpretações do movimento de 1930 como revolução burguesa marcada por ruptura:

Entretanto, com a interpretação de Boris Fausto não desaparece nas ciências sociais a problemática da revolução burguesa. A ideia de uma nova forma de Estado vai se tornar quase que consenso: 30 seria uma ruptura com o Estado Oligárquico. De forma genérica, podemos dizer que o corte em 1930 assim aparece nas análises das ciências sociais: antes de 1930 o Estado era liberal, oligárquico, federativo, baseado na economia de exportação; depois de 1930 (por vezes depois de 1937), esse é autoritário, centralizado, e voltado para o mercado interno. A maioria das interpretações de ruptura em 1937 vai nessa direção do fim do Estado liberal (BORGES, 1998: 176).

A problemática dos estudos no campo da história apoiados nas ciências sociais, ao menos no que diz respeito à revolução de 1930, estaria no uso de pontos referenciais que determinam o percurso da pesquisa, que apenas confirmaria o que se escolheu como referencial. O referencial, no caso, revolução de 1930, será sempre o parâmetro explicativo, dificultando assim outras formas históricas particulares que o cercam (BORGES, 1998: 177). Ainda com Vavy Pacheco, temos, nos anos 1990, pesquisa intitulada *Tenentismo e revolução brasileira*, trazendo análise histórica pautada na ideia de pluralidade e não de processo.

Há também o artigo de Marilena Chauí (1978), que se ocupou de criticar a ideia de ausência das classes e visão de “Estado de Compromisso”. Nos anos 1980, aniversário de 50 anos da revolução de 1930, ocorreu um seminário internacional de debates acerca do tema, na Universidade de Brasília, em conjunto com a Fundação

Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. Especialistas do CPDOC e outras instituições brasileiras e estrangeiras, se reuniram, tendo por objetivo avaliar o significado, implicações e repercussões do movimento revolucionário de 1930, cobrindo enfoques suscitados aos estudiosos do tema. O CPDOC organizou em forma de livro as pesquisas apresentadas durante o seminário. Na apresentação da publicação, Alzira Alves de Abreu, membro do CPDOC, ressalta a importância do seminário para que novos estudos fossem realizados acerca do tema, sobretudo com a utilização de fontes primárias.

Ângela de Castro Gomes, também coordenadora do CPDOC, faz crítica às análises que fazem uma periodização de 1930 e 1937, tomando esse período como um bloco coeso em que 1930 seria o ponto de partida e iria desembocar em 1937, tendo o golpe do Estado como seu desfecho. Tal pensamento faz com que o período que vai de 1930 a 1937 seja ou esquecido ou trabalhado a partir de um referencial que sempre determinará sua análise. A autora alerta para a necessidade da análise dos conflitos intra elites, muitas vezes esquecidos devido a abordagem dominante apresentada. Quando se toma 1937 como ponto de chegada, o historiador tece sua narrativa com o objetivo demarcado de alcançá-lo, constrói um percurso que, para aquele fim, é o único possível (BORGES, 1998: 180).

Nessa direção, o trabalho de Carlos Alberto Vesentini, *A Teia do Fato: Uma proposta de Estudo Sobre Memória Histórica*, é pioneiro ao discutir a problemática negociação entre memória e história em torno da revolução de 1930 constituída como fato marco. A tese inédita, defendida em 1983, foi publicada em 1997, no primeiro volume da “*Série Teses*” do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. O trabalho ganha destaque pelo desafio enfrentado pelo historiador ao discutir a prefiguração do fato, mas atento ao sentido político da narrativa histórica.

No que concerne à atuação política de Armando de Salles Oliveira e o grupo derrotado em 1932 e 1937, não encontrei uma obra que se tornasse referencial para a pesquisa do referido tema. O projeto político paulista vencido permanece ofuscado pelos projetos políticos vencedores instalados por Vargas em 1930 e 1937. Entretanto, encontrei alguns artigos e obras que se preocuparam em mencionar Armando de Salles

Oliveira e o grupo armandista como protagonistas da década de 1930 e que irão me auxiliar a compreender o desenrolar do caso de São Paulo.

Tratando propriamente da atuação política de Armando de Salles Oliveira, do grupo armandista e das relações entre este e Getúlio Vargas, Ângela de Castro Gomes, Lúcia Lahmeyer Lobo e Rodrigo Bellingrodf Coelho⁴, escreveram o artigo *Revolução e Restauração: a experiência paulista no período de Constitucionalização* (1996). Nele examinam o caso de São Paulo do momento imediato após a derrota de 1932 até a reconstitucionalização do país, considerando esta como marca da reintegração de São Paulo no cenário político nacional. A trajetória de São Paulo, entre a revolução de 1930 e a promulgação da Constituinte em 1934, foi marcada por uma divisão: de um lado “uma situação de conflito e total radicalização da reação política – a guerra; de outro, uma posição de participação no poder, indicativa de absorção, esvaziamento e conciliação de divergências” (GOMES; LOBO; COELHO, 1996: 243). A investigação em curso se propõe a analisar as tensões e acordos que presidiram a relação entre Armando de Salles e o chefe do Governo Provisório, com atenção para as estratégias de aproximação e distanciamento entre a elite paulista e o governo federal. A meu ver, não há esvaziamento das divergências, mas estratégias políticas atravessadas pelo ressentimento. O trabalho dos autores me auxiliará a pensar a relação estabelecida entre Getúlio Vargas e Armando de Salles Oliveira e seu grupo político, durante os anos que antecedem a campanha eleitoral à presidência, demarcada por novo rompimento entre a elite política armandista e o chefe do governo constitucional.

Para tal análise proposta é importante perceber qual o papel do Partido Constitucionalista no projeto político pensado por Armando de Salles Oliveira. Maria Campelo Sousa (1976), ao discutir o processo político partidário na Primeira República e realçar o sentido local e oligárquico dos partidos, conclui que tal avaliação originou uma aversão aos partidos, um antipartidarismo que se fez presente no debate constitucional: “sem ambigüidade, a ênfase dos legisladores no fracasso dos partidos

4 O artigo de Ângela de Castro Gomes, Lúcia Lahmeyer Lobo e Rodrigo Bellingrodf, é fruto de um grupo de estudos acerca da revolução de 1930, fundado em 1976, no CPDOC. O grupo se atentou para emergência de novos partidos políticos, o desenrolar do debate constitucional dos anos 1930, os interventores estaduais e suas ligações com o governo central. Tal olhar atento permitiu a identificação das relações de “confronto e compromisso no interior das elites que participaram do jogo político de poder” naqueles anos. (GOMES, Ângela Maria de. ET AL. Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituintes nos anos 1930. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.)

políticos e a incapacidade das elites em focalizar o problema a não ser pelo ângulo da extinção dos partidos”.

De acordo com Campello Sousa, a discussão a ser estabelecida pela Constituição de 1934 concentrava-se em quatro pontos básicos: representação profissional, conselhos técnicos, nacionalismo e regionalismo. A elite política, no interior da Assembleia, se agrupava, grosso modo, em cinco correntes: tenentes, que haviam participado da Revolução de 1930 e outros elementos que, mesmo não sendo efetivamente participantes do movimento revolucionário, se identificaram com alguns princípios dessa corrente; comunistas e posteriores aliados da Aliança Libertadora de 1935; os integralistas; grupos oligárquicos regionais que conseguiram ascender ao poder após 1930; e, a quinta corrente, a da política paulista, formada por elementos da situação deposta, ou seja, do Partido Republicano Paulista e do Partido Democrático.

A autora considera curioso que mesmo com distintas orientações políticas e objetivos diversos em relação aos rumos que o país tomaria com a instalação da Assembleia Constituinte, os grupos mencionados acima acabaram por se identificar com proposições autoritárias. A meu ver, tal identificação nada tem de curioso, pois os grupos citados organizaram sua visão acerca do Brasil a partir de uma interpretação marcada pelo pensamento conservador, em especial, de autores como Oliveira Vianna e Alberto Torres. Até mesmo a representação paulista, da qual se esperava a defesa dos princípios liberais, acabou, na ânsia de atender as expectativas de desarme político, por legitimar a presença dos deputados classistas, demanda claramente vinculada as ideias corporativistas. A bancada paulista aprovou ainda os atos do governo provisório e a candidatura de Vargas para presidência da República e, por isso mesmo, foi alvo de inúmeras críticas por parte dos opositores.

Armando Salles de Oliveira ao assumir a interventoria paulista tornou-se prisioneiro da aliança com Vargas. Em 1936, antecipando-se ao debate sucessório, suas proposições se aproximavam do campo político varguista. Maria Campello de Sousa interpreta um dos discursos de Armando de Salles Oliveira, pronunciado no ano de 1936, como revelador de alguns dilemas: a dificuldade de conciliar autonomia regional, com o fortalecimento do poder central e a representação parlamentar com o crescimento da participação popular na política. A referida cientista política avalia que liberais

convictos, como Armando de Salles Oliveira, ainda que temerosos de uma marginalização dos poderes estaduais em face à centralização do poder, foram “incapazes de visualizar uma nova etapa de desenvolvimento político fundada em partido de base social mais extensa.” Ainda mais, no plano dos fatos, somente os partidos Integralista e Comunista, este na clandestinidade, que se constituíram como partidos de âmbito nacional, para além deles, permaneciam as agremiações estaduais que não pretendiam ultrapassar o plano de seus Estados.

Na ânsia de criticar a fragilidade do pacto constitucional e das agremiações partidárias, Maria Campello de Sousa não dá maior importância ao fato de que o próprio Armando de Salles Oliveira teve a iniciativa de uma reorganização partidária ao fundar o Partido Constitucionalista poucos meses depois de instalado o debate da Assembleia Constituinte. Pelo contrário, a autora se utiliza de um dos seus discursos pronunciados no decorrer do ano de 1936, não levando em conta que o momento era permeado pela ideia de ameaça comunista, que já estava se espalhando no país e, portanto, as forças políticas, temerosas de um novo golpe comunista, apoiariam a intervenção estatal na Constituinte, caso fosse necessário. Sem levar em conta também que, no final desse mesmo ano, o próprio Armando de Salles Oliveira renunciaria ao governo de São Paulo para se candidatar à presidência da República, tendo como principal bandeira de campanha política, sua eleição para que a Constituição continuasse a ser respeitada e garantida, rompendo, assim, com Getúlio Vargas. A fundação de um partido que conquistasse espaço no âmbito nacional era necessário para que Armando de Salles Oliveira desse continuidade aos seus projetos políticos, que não se limitavam somente na recuperação da hegemonia de São Paulo, o que fica claro em seus discursos e no manifesto de fundação do Partido Constitucionalista. Avalio que, com a fundação do Partido Constitucionalista, Armando de Salles Oliveira sinaliza para um projeto político de envergadura nacional.

Destaco o trabalho de Oliveiros Ferreira. O jornalista, em Os “Ilustrados” Paulistas, capítulo de sua obra *Elos Partidos* (2007), alega que o pensamento de Armando de Salles Oliveira, importante personagem de 10 de novembro de 1937, é pouco conhecido e explorado. Oliveiros ressalta ainda que o silêncio que a historiografia atribuiu a Armando de Salles Oliveira e ao “Caso São Paulo” é mais

danoso para a compreensão do processo político brasileiro do que a sombra que envolve o Estado Novo:

No que tange ao “caso de São Paulo”, essa necessidade não existe; como 1937 é, com razão, dado como continuação de 1930, não há porque se referir ao “caso”, que é menor, para compreender o Estado Novo, que é maior, ou à revolução de 1930, bem mais importante que a de 1932. Além do que, é possível, e aceitável, desconhecer a revolução de 1932 – pois esta é uma das versões correntes e aceitas por muitos – na medida em que o movimento pode ser desqualificado desde que se o tome por tentativa ou de separação de São Paulo do Brasil, ou de reconquista (esta a versão de Getúlio Vargas logo no início da guerra civil) de proposições perdidas no plano federal em 1930 (OLIVEIROS, 2007: 126).

Oliveiros Ferreira aponta que a revolução de 1932, quando é objeto de interesse dos historiadores, apresenta-se, quase sempre, sob o signo da derrota e do separatismo. A revolução de 1932, a memória dos exilados, a atuação política e o projeto de Armando de Salles Oliveira são objetos que passaram pelo filtro de uma tradição historiográfica que, ao não dar visibilidade a estes projetos, reteve-os como resíduos. Dessa forma, a pouca visibilidade da revolução de 1932 e do caso de São Paulo se apresenta sob a forma do separatismo e do revanchismo. A revolução de 1930 conduziu uma reordenação da memória histórica, tornando-se “divisor de águas” da política nacional, enquanto a memória de 1932 acabou encurralada em São Paulo, transformada em memória regional. Avalia o jornalista que conflitos e crises de poder só não vão existir caso alguma das partes envolvidas abra mão de sua autoridade, deixando a outra livre para exercer seu domínio. O que não ocorreu no caso de São Paulo. Armando de Salles Oliveira contraria Vargas e se lança candidato à presidência da República. Para o autor, é contra Armando de Salles Oliveira que o Estado Novo teria se voltado, temendo a expansão de seu pensamento político.

O artigo de Noé Freire Sandes (2009) questiona a tradição historiográfica que relega ao plano secundário o caso de São Paulo em relação a Getúlio Vargas. Em *A memória inconsútil: São Paulo, 1932*, o historiador considera que, entre as décadas de 1930 e 1940, formou-se um sentimento de “anti-getulismo”, transformado em bandeira política por parte dos paulistas e dos homens que se consideraram traídos por Getúlio Vargas. Entretanto, essa cultura de oposição ao varguismo recebeu pouca atenção por

parte dos historiadores e foi permitido que a memória histórica mitificadora da revolução de 1930 e de Vargas fosse perpetuada:

O sentimento de traição que tomou conta dos homens que viveram a revolução foi gradualmente abandonado por uma visão retrospectiva que fez da revolução e do seu comandante, Getúlio Vargas, os condutores da nacionalidade. Doravante o movimento constitucionalista estava confinado aos muros de São Paulo e, de modo restritivo, foi interpretado como um movimento reacionário, voltado para defesa dos interesses das classes conservadoras paulistas. Essa interpretação tornou-se dominante na proporção em que as estratégias centralizadoras ganhavam impulso, principalmente após a decretação do Estado Novo. O desenvolvimento do setor industrial, o trabalhismo e a ideologia nacionalista redefiniram, positivamente, a imagem do governo Vargas, relegando ao esquecimento a agenda liberal proposta pelo movimento constitucionalista, liderado por São Paulo, em 1932. (SANDES, 2009: 181.)

Armando de Salles Oliveira é personagem do caso de São Paulo, que não se resume apenas a revolução de 1932 como tentativa de recuperar posições de poder perdidas anteriores ao movimento revolucionário de 1930, mas sim nomeador de um conjunto de pensamentos e estratégias políticas, sob a liderança de um partido político com pretensões nacional, o Partido Constitucionalista. Entretanto, com a Constituinte de 1946 e a ausência de um partido de esfera de ação nacional, o liberalismo oligárquico recupera poder no cenário político nacional. Nessa direção, tanto as propostas políticas de Armando de Salles Oliveira como o Estado que Getúlio Vargas começara a reforçar a partir de novembro de 1937, “foram guardadas no museu das curiosidades históricas” (OLIVEIROS, 2007: 144).

Referencias Bibliográficas

- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In BRESCIANI, S & NAXARA, M, *Memória e (res)sentimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: *Historiografia Brasileira em perspectiva*. FREITAS, M. (org). São Paulo: Contexto, 1998. P. 159-182.
- CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para a crítica da ação integralista. In: CHAUÍ e FRANCO. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FERREIRA, Oliveiros S. *Elos Partidos: uma nova visão do poder militar no Brasil*. São Paulo: HARBRA, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980: p. 237-337.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Org. SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. - Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

MARTINS, Luciano. A revolução de 1930 e seu significado político. In. *A Revolução de 1930*. Seminário Internacional. Brasília: UnB, 1983.

RICŒUR, Paul. *O passado tinha um futuro*. In: Morin, Edgar. *A religião dos saberes. O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SANDES, Noé Freire. 1930: entre memória e história. *História Revista – Revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História da UFG, Goiânia*, v. 8, jan./dez. 2003, p. 141-158.

_____. Memória inconsútil: São Paulo, 1932. 2009.

_____. Memória, arquivo e ressentimento: as memórias de Paulo Duarte. *Revista IHGB*, 2011. No prelo.

SILVA, Antônio Carlos Pacheco e. *Armando de Salles Oliveira*. – São Paulo: Parma: Edusp, 1980.

SOUSA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. *Estados e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. v. I e II. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: Hucitec: USP, 1997.